

HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO, MARQUÊS DE PARANÁ — MINHAS REMINISCÊNCIAS* —

(Prêmio Marquês do Paraná)

NOTAS

Honório Hermeto Carneiro Leão nunca escreveu suas memórias. Procurei, no entanto, não só estudar os seus discursos, fielmente guardados nos anais do Congresso Nacional, como pesquisar em muitas fontes históricas as suas ações, compromissos políticos e atitudes, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado e no Conselho.

Todas as informações aqui contidas foram retiradas das fontes bibliográficas listadas no anexo. Foi procurado, na medida do possível, manter não só o estilo de escrita de Honório Hermeto, como também o seu estilo discursivo.

Jean Glénisson, em seu livro *Iniciação aos Estudos Históricos*, assim se exprime em relação ao ofício do historiador: "Toda história é uma encenação pela qual o historiador é responsável: seu talento, suas tendências profundas, sua concepção do mundo aí se exprimem, a despeito dele mesmo, através da escolha que precisou fazer na massa de documentos que o submerge; através da adoção de uma certa ordem de exposição; através dos juízos de valor menos implícitos que ele não pode deixar de formular acerca dos homens e dos acontecimentos."

Procurei retratar o pensamento de Honório Hermeto. Se algum dia ele tivesse escrito suas memórias, provavelmente, muito se aproximaria do que foi apresentado.

FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA
Capitão-de-Fragata

SUMÁRIO

Introdução

A iniciação

A ida para Coimbra

O retorno ao Brasil

Nomeado juiz de fora

Início de minha atividade parlamentar. A Câmara dos Deputados

A abdicação de D. Pedro e a República

A destituição de José Bonifácio

A Questão Farrapa

A maioria de D. Pedro II

O Senado, o Gabinete de 43 e a Questão do Prata

O imperador que conheci

A Questão Platina e Rosas

O Presente

A presidência do Conselho

A criação do Banco do Brasil

A reforma da Lei Judiciária

Os aborrecimentos com Ferraz

A decepção com Justiniano

A Lei dos Círculos Eleitorais

* N.R.: A redação incluiu inúmeros subtítulos para atender a diretriz editorial da RMB.

O trabalho é vencedor do Prêmio Marquês do Paraná (categoria alunos de graduação) outorgado em 26 de outubro de 2001 pela Universidade Cândido Mendes – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

INTRODUÇÃO

Nunca tive a veleidade de ser escritor. Muito pelo contrário. Desde os meus tempos de Coimbra, e lá se vão mais de 30 anos, tenho pautado minhas atitudes por um pragmatismo intenso, voltado para as ações legislativa e executiva, sem me preocupar com reminiscências que nada agregam à grandeza do Império e a Sua Majestade. Escritores existem para escrever. Políticos, para governar e legislar.

O Império do Brasil tem mudado constantemente desde a sua independência, em 1822. O temor pela desagregação do País, que muito nos preocupou, agora é lembrado apenas como História. Estamos em pleno ano de 1855 e há dez anos vimos pacificar a Província do Rio Grande. Há sete vimos eclodir e arrefecer, dois anos depois, a Revolta Praieira em Pernambuco. Queriam o sufrágio universal e a extinção do Poder Moderador.

Ora, acabar com o Poder Moderador! Que despropósito!

Bem me lembro de minha chegada em Pernambuco, logo após o malogro do movimento. Ânimos ainda exaltados, paixões reprimidas, sonhos desfeitos. Agi como um moderador sereno. Apaziguei os espíritos. Acalmei os corações.

Ao final da década passada, assistimos, também, preocupados, à irrupção de revoltas ditas liberais na Europa, em especial na Itália, Áustria, Hungria e França. A política complicou-se com o fermento socialista.

A Praieira nada mais foi que um reflexo dos acontecimentos europeus. Pobres revoltosos pernambucanos! Quantas ilusões desfeitas!

Vivemos, na atualidade, uma relativa estabilidade política e social, além de uma inequívoca prosperidade econômica, graças, principalmente, à formação de um Gabinete de conciliação, que introduziu idéias

políticas inovadoras e diretrizes que nos têm levado a esta paz social, tão aguardada por Sua Majestade e pelo povo deste belo país.

Muito tenho me empenhado no Parlamento, durante todos esses anos, para honrar não só o meu nome, mas, também, o Trono e os interesses do Brasil. Sempre me alinhei com atitudes condizentes com o estrito respeito às normas estabelecidas na Carta de 1824 e dela nunca me afastei um instante.

Será que, quando a morte anunciar a sua chegada, terei a tranqüilidade e a coragem de dizer que tudo fiz para a grandeza do Império e que de nada me arrependi ou nada deixei de fazer?

Será que, dentro de 30, 40 ou 50 anos, serei lembrado como um político atuante e defensor das causas do Brasil?

Há cinco anos, Justiniano, ainda naquela ocasião meu amigo, como bom jornalista e escritor, perguntou-me por que não escrever algumas poucas palavras sobre minha vida parlamentar. Afinal, disse ele, estive no centro das principais decisões governamentais, nos últimos 25 anos de história política do Império.

Será que algumas folhas mal rabiscadas servirão para que as gerações futuras compreendam o momento político ora por nós vivido?

Se assim for, estarei feliz. Aceitei a opinião de Justiniano.

A INICIAÇÃO

Em Ouro Preto vivi toda a minha infância e adolescência. Terra fecunda, cidade centenária, igrejas majestosas. Ainda hoje, com 54 anos, lembro-me das brincadeiras e algazarras, junto com companheiros, que o tempo não apagou de minha memória. Lembro-me bem de Miguel, amigo inseparável e cúmplice de diversas estripulias. Queria

ser militar, como meu pai, Antônio Neto Carneiro Leão. Não o consegui. infelizmente. Aos 18 anos, no alvorecer de uma vida que se descortinava promissora, a morte o abraçou. Uma doença desconhecida o alcançou e derrotou.

Embora considere Ouro Preto minha cidade natal, lá não nasci. Vim ao mundo em 11 de Janeiro de 1801, num quartel na Freguesia de São Carlos do Jacuí, Capitania de Minas Gerais, por mera casualidade. Meus pais estavam a caminho do Rio de Janeiro e, passando por aquela povoação, minha mãe, Joana Severina Augusta de Lemos, já em adiantado estado de gravidez e não podendo prosseguir viagem, lá permaneceu. Assim vim ao mundo.

De minha mãe, guardo poucas recordações. Quando eu tinha 5 anos de idade, Deus a levou de meu convívio.

De meu pai, contudo, guardo lembranças inesquecíveis. Tudo fez para me oferecer uma educação bem superior à sua. De uma certa forma, inclusive, me espelhei em seu exemplo para seguir os seus passos na nobre carreira das armas. Cheguei até ao posto de alferes, em 1817, na 1ª Companhia do 2º Regimento de Cavalaria de Milícias de Ouro Preto. No entanto, esta profissão não estava a mim destinada.

Com a promoção de meu pai a capitão, em 1819, recebi dele os recursos necessários para deixar o Brasil e partir para Portugal no ano seguinte. Queria ser bacharel em Direito, formado pela Universidade de Coimbra, o mais ambicionado sonho de um jovem de minha geração, realizável apenas por uma minoria, da qual, felizmente, fazia parte.

A meu pai devo a minha formação. De origem modesta, soube ele incutir os valores que carrego comigo como uma relíquia. Infelizmente, faleceu em 1846, depois de ter casado seis filhos que teve de dois matrimônios. Pouco mais que nada lhe res-

tou, ao final da vida, e esse pouco ficou com a minha madrastra.

Gostaria de me deter um pouco mais em minha experiência de vida em Coimbra. Afinal, foi lá que tudo começou.

A decisão de deixar o Brasil com 19 anos e iniciar uma nova orientação na vida não foi fácil. Embora não seja dado a sentimentalismos banais, senti muitas saudades de meu país, de meu pai, meus irmãos e amigos.

Foi a ambição de atingir o inatingível? Talvez. Muitos colegas do Parlamento, hoje em dia, me consideram ambicioso e incisivo em minhas afirmações e atitudes. Sim, acredito que eles estejam certos.

A ida para Coimbra

Minha ida a Coimbra foi um dos meus momentos culminantes e credencial indispensável para que eu pudesse almejar qualquer posição de destaque no futuro. Ter estudado nessa prestigiosa universidade abriria, certamente, novos caminhos e proporcionaria condições de ascender social e economicamente. Tais previsões, saídas da cabeça de um adolescente, tornar-se-iam verdadeiras. Todos os sacrifícios valeriam a pena.

Portugal encontrava-se à beira de uma crise institucional. Importações e exportações despencando, a balança comercial em decadência e atraso nos pagamentos de funcionários e pensionistas. Tal situação de dificuldades eclodiria no mês de agosto de 1820, na Revolução Liberal do Porto. Cheguei logo após, no mês de outubro, e presenciei todas as crises subseqüentes.

Logicamente, esta revolta repercutiu em Coimbra e, posso afirmar, de uma maneira desastrosa. Foi uma época turbulenta para a universidade. Alguns deputados portugueses chegaram até a sugerir o seu imediato fechamento.

Em 1821 fomos dispensados de frequência, devido às rusgas políticas no seio de Coimbra, criando, no corpo acadêmico, diversas divisões. Fomos aprovados de ano por decreto.

Em Portugal fiquei por cinco longos anos.

Observei dois grandes grupos digladiando-se. Por um lado estavam os liberais e no outro extremo, os absolutistas. Por fim, os últimos saíam vitoriosos e muitos expurgos se seguiriam.

A Junta Expurgatória, criada em 1823, concluiu, no ano seguinte, os seus trabalhos, disseminando uma lista de lentes, professores e empregados da universidade que deveriam ser excluídos por terem revelado idéias liberais no passado. O grande jurisconsulto Manuel Antônio Coelho da Rocha, um dos sistematizadores do Direito Civil português, foi imediatamente afastado, por recomendação desta Junta. Coimbra era, apenas, um espelho do que foi Portugal naquele período.

O que poderia dizer sobre o enfoque educacional e a formação profissional que lá obtive?

Bernardo de Vasconcelos era um crítico mordaz do processo educacional de Coimbra, chegando a afirmar, certa vez, que "o estudante que saía desta universidade devia, antes de tudo, desaprender o que lá se ensinava e abrir nova carreira de estudos".

Embora respeite a opinião de meu falecido colega Bernardo, não comungo de suas idéias. Muito pelo contrário, Coimbra me abriu muitas portas.

Vivi eu com pequena mesada e nunca tive necessidade de incomodar meus companheiros; pelo contrário, servi a alguns com as minhas poucas moedas. Levei vida modesta, nada dissipando, controlando meus escassos recursos.

Muitos amigos, dotados de maiores rendas, tiveram a sorte e o prazer de visitar

outros países europeus. Esse privilégio não tive. Minha situação financeira não permitia. A Portugal me dirigi e ao Brasil retornei sem nada conhecer.

Em todos os anos, excetuando o primeiro, como já mencionado, fui aprovado por bancas examinadoras por unanimidade.

Obtido o meu Bacharelato em Leis em 1824, cursei mais um ano e recebi a Carta de Formatura em 18 de junho de 1825.

Após o meu bacharelato, fui me instruir na prática judicial no escritório de José Felipe Dias Vieira, na cidade de Coimbra, onde permaneci por cerca de 11 meses. Na realidade, o ensino ministrado na universidade foi assaz teórico, daí antevi a necessidade de me educar nos afazeres de advogado, com todas as sutilezas que a prática forense requer.

Uma de minhas maiores contrariedades em Portugal foi o meu relacionamento com uma sociedade secreta fundada em Coimbra por alguns estudantes brasileiros, chamada de "A Gruta". Tal sociedade tinha por finalidade, após o regresso de seus membros ao Brasil, promover o regime republicano. Sempre me bati contra esses ideais. Alguns companheiros a este grupo pertenciam, tais como José Pedroso de Albuquerque, Antônio Vieira Braga, Cândido Batista de Oliveira e Antônio da Costa Pinto. Desentendi-me com diversos deles durante aquele período. Alguns críticos, hoje em dia, me acusam de ter participado desta sociedade. Não é verdade! Eu nunca dela participei! Muito pelo contrário! Não poderia permitir que idéias exógenas viessem contaminar os ideais de um Império nascente como o do Brasil.

O retorno ao Brasil

Aos 9 de agosto de 1825 retornei ao Brasil bem diferente daquele Honório que daqui partiu. Fui testemunha de uma revolu-

ção liberal, seguida por uma reação absolutista, ambas revestidas de excessos. Cada vez mais me conscientizava que, pelo constitucionalismo, o Brasil se engrandeceria. Eu tinha que participar daquele processo. O futuro descortinava-se em minha frente.

Embora não seja o propósito destas reminiscências descrever fatos de minha vida privada, tenho que reconhecer que alguns acontecimentos tiveram grande influência nas ações posteriores de minha vida de bacharel e político. Um desses acontecimentos foi o casamento com uma prima, filha do irmão de meu pai, meu tio João Neto Carneiro Leme.

Ao contrário de meu pai, tio João era homem abastado e muito bem relacionado no Rio de Janeiro.

Não reputo como elegante a descrição do dote originado por minhas núpcias, pois não devo contas disso a ninguém. O principal legado que recebi de meu sogro foi o seu pedido para que eu obtivesse um cargo público.

Nomeado juiz de fora

Em outubro de 1826, fui nomeado juiz de fora, ingressando, assim, na nobre carreira da Magistratura. Embora tenha ficado satisfeito com a nomeação, não me agradou o local para onde fui mandado, a Vila de São Sebastião, na Província de São Paulo.

Os conhecimentos por mim adquiridos em Coimbra foram-me muito proveitosos nas lides diárias nesta vila, embora carecesse, de uma forma crônica, de auxiliares competentes.

Desta comarca guardo algumas más recordações, principalmente de seu governador militar, o Tenente-Coronel Lopo da Cunha d'Eça e Costa.

Não vale a pena aqui discorrer sobre os motivos de nossos desentendimentos; no entanto, devo admitir que o dito militar se comportava como se a ele eu fosse subordinado. Muitas vezes, intrometeu-se em minha esfera de atribuição, querendo decidir questões que eram da alçada do foro civil, a mim relacionado.

Homem idoso e prepotente, tive que tratá-lo da forma como alguns de meus críticos me descrevem nos periódicos de hoje em dia: com rigor e malquerença.

Tenho a consciência tranqüila, pois agi com dignidade na defesa do prestígio da Justiça Civil. Não contei com o apoio do presidente da Província, Visconde de Congonhas do Campo, que, embora tenha recebido uma representação de minha lavra, descrevendo as truculências praticadas por Lopo da Cunha, nada fez.

Fui nomeado para um período de três anos; no entanto, não cheguei a lá servir por dois anos. O Imperador Pedro nomeou-me ouvidor no Rio de Janeiro. Não tenho certeza se minha transferência foi motivada pela polêmica com Lopo da Cunha. Talvez até tenha sido.

Em agosto de 1828 deixei São Sebastião. Não nego que meus pensamentos se ligavam à Câmara dos Deputados. A Política atraía-me e precisava seguir o meu destino.

Fui candidato a deputado a Segunda Legislatura (1830 a 1833) pela Província de Minas Gerais e acabei sendo eleito em Ouro Preto com 270 votos. Os mais votados foram Bernardo de Vasconcelos e o padre José Custódio Dias.

Tive alguns companheiros de Coimbra que, também, foram eleitos por Minas Gerais, tais como Aureliano Coutinho e Chachorro da Gama.

Em fins de abril de 1830, iniciei a minha carreira parlamentar.

INÍCIO DE MINHA ATIVIDADE PARLAMENTAR – A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não desejo aqui, nestas curtas linhas, discutir a maioria dos eventos políticos importantes nos quais tomei parte como parlamentar. Afinal, tenho labutado neste campo por cerca de 25 anos. O que desejo é concentrar-me nos principais acontecimentos em que, a meu ver, tive maior influência.

Por muitos sobressaltos o Império tem passado nos últimos anos; no entanto, os desdobramentos do período regencial e as revoltas desagregadoras nos anos 30 e 40 foram, a meu ver, as que maior perigo trouxeram à estabilidade de nosso regime. Posso até adiantar que um foi o resultado de outro. Nesse período, eu quero me deter um pouco mais, já que vivi aquelas perturbações de modo muito intenso.

Pretendo, também, discutir as razões que me levaram a discordar, integralmente, do Ato Adicional e da Maioridade antecipada de S.M.I.

Outros períodos importantes em minha vida parlamentar foram a composição do Ministério em 1843 e a crise que se seguiu, a Questão Praieira e a missão recebida de Sua Majestade Imperial para representar os interesses nacionais em Montevidéu, no ano de 1851, na fase de operações contra o ditador Rosas. Naquele período, travei contato com diversas personalidades que, até hoje, dominam a cena de nossa política, inclusive com Sua Majestade.

Pretendo terminar o meu relato fazendo algumas reflexões sobre o momento político atual por que tenho passado como presidente do Conselho: as decepções, os fracassos, os sucessos e, principalmente, os desafios que, à minha frente, se apresentam.

Se, por algum acaso, conseguir resumir, em breves pinceladas, esses momentos de minha vida política, estarei feliz.

Iniciei minha vida parlamentar como membro da Comissão de Pensões e Ordenados da Câmara, juntamente com Luís Cavalcanti, Evaristo da Veiga e Batista Caetano. Logo a seguir, fui nomeado membro da Comissão Especial encarregada de receber as emendas ao Código Criminal.

Ao chegar à Câmara, senti-me, inicialmente, como um estranho naquele ambiente em que despontavam políticos de renome e com atuações marcantes nas lides legislativas. Eu era um iniciante, recém-chegado de São Sebastião, deslumbrado não só com a Corte como, também, com a posição por mim alcançada, com apenas 29 anos de idade. Naquela oportunidade, como parlamentar estreante, comportei-me sem exibição e discretamente, como convinha a um novato como eu. Estava lá para ouvir e não para falar. Por enquanto.

Na Comissão do Código Criminal tive uma função passiva, já que recebia contribuições dos deputados para a sua revisão, enquanto que na Comissão de Pensões minha atuação foi um pouco mais ativa, já que ajudei a analisar casos envolvendo aposentadorias e pensões pecuniárias.

Tenho que considerar que delas não guardo recordações marcantes. Nesse período, levava uma existência modesta, como até hoje. Em minha casa reinavam a ordem e a economia, vivendo eu, exclusivamente, de meus vencimentos.

A Câmara vivia em antagonismo constante com o Executivo. Presenciávamos uma verdadeira paz armada entre a Coroa e o Parlamento, que desaguardaria na abdicação do Imperador em 1831. Um pouco antes deste fato, participei, juntamente com Evaristo da Veiga, Henrique de Rezende e José Martiniano de Alencar, dentre outros, de uma representação enérgica contra Dom Pedro, que, por sua dúbia e impopular posição perante os graves fatos que tumultuavam nossa vida política, alimentava o des-

contentamento nacional. Dessa representação sinto particular orgulho até hoje.

Outro fato que, a meu ver, requeria uma mudança radical na postura do Imperador foi o brutal assassinato de Líbero Badaró, de *O Observador Constitucional*. Não quero dizer com isso que Dom Pedro estivesse envolvido nesse vil ato, no entanto, a condução da apuração do crime foi por demais lenta para se acreditar que quisesse ele desvendá-lo.

A abdicação de D. Pedro e a República

Em 7 de abril de 1831, o imperador abdicou, abandonando o Brasil em seguida.

Com a abdicação, Dom Pedro de Alcântara, menor de idade, ficou impossibilitado, constitucionalmente,

de governar até que atingisse a idade de 18 anos. Em maio de 1831, participei de uma comissão especial encarregada de formular uma lei que atribuisse os direitos e deveres

de uma Regência permanente, até a maioridade de Sua Majestade. Eu, particularmente, temia que houvesse uma concentração excessiva de poderes nos regentes, em detrimento do Parlamento.

Estão marcados, na minha mente, os debates acalorados na Câmara, em que se destacaram Evaristo e Lino Coutinho. Muito observei e aprendi durante aquela fase.

Desde o início dos debates mantive-me firme a respeito da mudança do artigo 123 da Constituição, que rezava sobre a governabilidade da Regência permanente. Se algo deveria ser mudado no que respeitava à diminuição dos poderes regenciais, que ele fosse modificado dentro do espírito constitucional.

O texto do Artigo 123 era claro ao declarar que a Regência seria permanente, en-

quanto durasse a menoridade do Imperador. Para uma mudança, como desejavam alguns colegas, de permanente para provisória, havia a necessidade de modificar-se a Constituição, utilizando-se meios constitucionais e não aberrações casuísticas, como alguns pretendiam.

Defendi a idéia de uma Regência provisória, eleita de quatro em quatro anos, entretanto, via na modificação legal do artigo 123 a única forma moral de se alterar dispositivo tão importante. Dessa forma, observei que a alteração dos poderes concedidos aos regentes poderia ser obtida constitucionalmente, contrariando idéias de meu colega Lino Coutinho, que antevia perigos oriundos da negação da sanção por parte da Regência já estabelecida.

Eu não via como o poder regencial poderia negar as alterações propostas, uma vez que elas vinham da vontade nacional representada pelos de-

putados da Câmara. Evaristo, inclusive, apoiou-me sem fraquejar.

A propósito, durante toda a minha vida legislativa, curvei-me sempre perante o texto constitucional.

Ao final das acaloradas discussões, diversas limitações foram determinadas à Regência. A mais importante, a meu ver, foi a impossibilidade de ser dissolvida a Câmara dos Deputados. Certo é que a lei limitativa de poderes da Regência deixou o Poder Executivo totalmente impotente perante os graves distúrbios que, em breve, desabariam sobre a Nação. O poder estava concentrado nas nossas mãos, os deputados. Hoje, com mais experiência parlamentar, julgo que as decisões emanadas daquelas discussões não foram as mais prudentes para a integridade do País. Caso a evolução política ti-

Durante toda a minha vida legislativa, curvei-me sempre perante o texto constitucional

vesse se encaminhado para outras plagas, certamente a Câmara não teria a força política e a agilidade necessárias para se contrapor a esses desígnios.

Naquele período conturbado, dois grupos esgrimavam-se. De um lado, os farroupilhas e, de outro, o meu grupo. Sempre defendi o modelo monárquico para o Brasil, e as idéias republicanas, para mim, significavam a anarquia e a desunião, como visto no restante da América do Sul. Um terceiro grupo, os restauradores, pretendia a volta de D. Pedro ao trono. Ingênuo visião. Foram engolidos pelos acontecimentos, com a morte de D. Pedro.

Lembro-me bem de um certo colóquio que tive com Torres Homem, do periódico *O Independente*, quando debatemos algumas idéias a respeito de como poderíamos nos contrapor aos ataques infundados de diversos periodistas do jornal *O Exaltado*, do padre Paulo Ribeiro. Os ânimos estiveram exaltados e a insuflação de movimentos de rua só traria a intranquilidade aos lares brasileiros. Chegamos a ter seis sedições na própria Corte num espaço de dois anos. Quanta falta de patriotismo presenciei naquele período! Considero, inclusive, que os farroupilhas foram os grandes responsáveis pelas desordens e revoltas de cunho federalista e pelo perigo separatista que ameaçou a unidade da Nação. Foram tempos difíceis aqueles!

Lembro-me bem da crise militar envolvendo o Exército Imperial, que atingiu a Corte em julho de 1831, logo após a abdicação de D. Pedro. Por diversos dias debatemos a questão na Câmara, sem chegarmos a nenhum consenso. Fiz, então, um discurso duro, atacando os sediciosos e suas pretensões descabidas, defendendo, categoricamente, a Constituição, que, para mim, não devia ser maculada. Disse eu a verdade nua e crua, despida de atavios oratórios. Montezuma, da Bahia, foi o úni-

co que tentou contestar os meus argumentos. Fracassou por completo.

Gostaria, inclusive, de mencionar uma de minhas réplicas àquele colega exaltado, durante as inúmeras intervenções que a ele fiz. Disse eu: "O ilustre Deputado Montezuma principiou protestando moderação a não se entusiasmar, porém entusiasmou-se tanto ou mais que eu. Quando eu tiver que defender a Constituição ou as minhas opiniões a respeito de coisas envolvidas com os interesses da Nação, hei de falar conforme pedir o meu natural, e não conforme quiser o Senhor Deputado e hei de entusiasmar-me segundo a minha natureza, quer isso desagrade ou não ao Senhor Deputado".

Apesar dos contratemplos e sedições, considero que a criação de duas instituições manteve a estabilidade do regime regencial e a relativa integridade da Nação.

A primeira foi a Guarda Nacional, um contrapeso ao Exército avesso, na ocasião, à ordem e propenso à anarquia, subordinada ao Ministério da Justiça; e a segunda foi a criação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência, fundada por Evaristo. Seu principal objetivo era combater os restauradores e exaltados, influenciando nas decisões governamentais. A ela, inclusive, deve-se a sugestão da criação da Guarda Nacional. Defendi, com veemência, a submissão da Guarda ao Governo Central, porque sendo esta a única força pública, à vista do estado a que se achava reduzido o Exército, e achando-se o Governo Central encarregado da segurança pública e defesa do Império, a ele devia estar sujeita.

Como reflexo dessa grave crise, Feijó, como ministro da Justiça no novo Gabinete formado pela Regência, mandou suspender as cartas de seguro. Há que considerar que essa suspensão ainda não fora levada ao conhecimento da Câmara para apreciação, já que muitas dúvidas existiam quanto a sua aplicabilidade.

Muitos colegas deputados atacaram Feijó veementemente. Se a memória não me falha, lembro-me bem de Rebouças, Luís Cavalcanti e Montezuma. Sempre Montezuma. Chegou-se até a exigir a sua demissão.

Fui o seu grande defensor, confessando ser amigo de Feijó; no entanto sabia que, em questões como essas, só devia seguir os ditames de minha consciência e razão, já que o mais importante era o interesse público.

Não fiz um discurso longo, nem assim o desejava. Eu tinha consciência de que Feijó não agira com o objetivo de destruir as liberdades públicas, muito pelo contrário. O que ele desejava era evitar que a anarquia, que nos atingia, fosse tomando conta de nosso Império. Ele desejava restabelecer a ordem pública e frear os anarquistas de ocasião.

Naquela oportunidade defendi, sobejamente, Feijó; entretanto, os fatos provaram que, no fundo, eu me encontrava equivocado com suas pretensões.

Tudo se iniciou quando Feijó, ainda ministro da Justiça, reclamou, perante o Parlamento, dos limitados poderes de que dispunha para garantir a ordem pública. Há que se notar que a crise das cartas de seguro já havia sido debelada e Feijó solicitava ainda maiores poderes. Desta vez, utilizou como pretexto para uma ação mais enérgica o fato de o Senado ter rejeitado o seu pedido para a destituição de José Bonifácio do cargo de tutor de Sua Majestade, já aprovado pela Câmara. Os fatos passaram-se da seguinte forma.

A destituição de José Bonifácio

Naquela oportunidade, eu fazia parte da Comissão de Justiça Criminal. Houve uma série de debates acalorados na Câmara sobre qual decisão tomar. Acredito que somente dois deputados mantiveram a serenidade naquele conturbado momento – Alves

Branco e eu. Tentei despersonalizar a questão, enquadrando-a dentro dos aspectos políticos. Distingui a diferença entre tutela comum e tutela política e concluí que, havendo incompatibilidade política entre o tutor e a Nação, melhor seria o seu afastamento. Se Bonifácio praticara atos que o mostravam como suspeito e pouco hábil, não era conveniente a sua permanência.

Na Câmara observei a hesitação tomando conta de todos os meus colegas. A maioria sabia que, sujeitando-se às intenções de Feijó, estaria entrando na ilegalidade, sem imaginar o que reservava esta atitude. Entrar-se-ia nela para o bem da Nação? Acreditava que a hesitação não era referente ao momento de decisão, mas sim à maneira de como decidir. Decidi, então, fazer um discurso que, hoje, reputo como um dos mais importantes de minha vida pública.

Opondo-me ao estranho projeto, calmamente, impugnei o parecer de meus colegas, usando de toda a minha energia e força d'alma de que fui capaz para poder resistir à torrente de suas opiniões e separar-me deles. Fiz os últimos esforços para tirá-los das vendas que cobriam os seus olhos e indicar-lhes o caminho da legalidade que com todos eles tinha constantemente trilhado. Foi um duro golpe nas aspirações oportunistas do grupo de Feijó. Iniciei comentando sobre a observância que deveríamos manter à Carta, para, em seguida, propor quatro pontos. O primeiro que a Regência deveria se conservar no lugar a que foi legalmente elevada, assegurando-lhe a legitimidade para tomar as medidas adequadas para salvar a Nação da crise em que se encontrava; o segundo que se convidasse o Senado a se declarar em sessão permanente e ajudasse a Câmara a tomar, com brevidade, as medidas necessárias para a manutenção da segurança pública; o terceiro que uma comissão já nomeada apresentasse emendas ao Código Criminal e

idealizasse um Código de Processo e todas as leis que parecessem convenientes para manter a liberdade e a segurança pública, remetidas em regime de urgência ao Senado; e que, finalmente, se solicitasse ao Senado a pronta remessa das emendas por ele aprovadas ao projeto de uma reforma da Carta. Afinal, sempre propugnei a reforma da Constituição.

Houve, com a minha proposta, muitos debates, inclusive de parte de deputados alinhados com Feijó, como Evaristo. Temiam muitos que a Guarda Nacional se insurgisse contra as instituições. Tive que argumentar contra tais temores, alegando que nada receava da parte dos guardas nacionais, uma vez que eles não podiam querer senão o sossego e a tranquilidade pública, com a consolidação das liberdades constitucionais. Compreendia eu a intranquilidade da Guarda Nacional pela frouxidão das leis; no entanto, ela não podia querer a violação da Constituição, muito pelo contrário, ela haveria de querer a sua manutenção, mesmo porque, perguntei eu à platéia presente: "Donde tem vindo a força que tem todo o governo para sufocar, em todas as províncias, inclusive na Corte, todas as facções que têm aparecido?" Respondi, célere, que não tem vindo "senão da observância da Constituição e da legalidade". Continuei alegando a necessidade de nos mantermos, estritamente, dentro da legalidade, recomendando aos meus colegas que tivessem paciência, pois, em breve, obteríamos as reformas legais tão necessárias e desejadas por todos nós. Como medida extrema, propus que, no caso de não encontrarmos um entendimento satisfatório com o Senado, que o Poder Moderador fosse restituído à Regência, para que esta pudesse dissolver a Câmara e que convocasse uma nova Casa de Leis, para que seus membros viessem legalmente autorizados para realizarem as reformas.

Evaristo ainda tentou argumentar, apoiando a demissão da Regência; no entanto, sua interferência em nada mudou o curso dos acontecimentos. Bonifácio foi afastado, o golpe falhou, a Regência continuou e o Ministério não. Outro foi nomeado e Feijó foi destituído. Esse foi o resultado final.

Muitos colegas, ainda hoje, creditam à minha suposta traição o fato do golpe fracassar, já que participei das reuniões preparatórias na Chácara Floresta e sabia de todos os passos para o golpe. Realmente lá estive; no entanto, bati-me contra todas as medidas que ferissem a legalidade. Sempre me baterei contra qualquer medida que fira a Constituição. Todos me conhecem e sabem como ajo. Muitos tentaram me convencer a tomar parte no plano, contudo resisti com toda a força de minhas convicções.

Enganei-me de balde com Feijó. Uma enorme decepção. Foi meu amigo e traiu a minha amizade. Sempre fui seu defensor; no entanto, ao vê-lo querer empalmar o poder, implantando a sua ditadura pessoal, insurgi-me. Eu já deveria ter observado, antes desses acontecimentos, que Feijó já se bandeara para outras plagas, uma vez que se fez admitir na rusguenta maçonaria, que certamente queria nos conduzir à restauração. Eu deveria ter percebido algo naquela ocasião. Passou a ser o meu maior inimigo. Tudo faria para atingi-lo na Regência. Na própria eleição de abril de 1835, bati-me contra o seu nome, apoiando Hollanda Cavalcanti. Venceu Feijó a eleição por apenas quinhentos e poucos votos.

Foi um governo fraco, sem conteúdo e rumo. Hollanda Cavalcanti sempre me disse que Feijó tudo pintava com cores negras e de não ter esperança em coisa alguma. Ele era hesitante e fraco no lidar com as desordens. Revoltas explodiam por todo o País. A mais grave sedição no Rio Grande era combatida com irresolução. Na minha opinião, seus principais defeitos eram a

intransigência, o rancor, a falta de cultura e uma visão pouco clara da evolução e do destino do País. Não aceitava opiniões contrárias às suas e lhe desagradavam as questões sociais, enfim, defeitos que pouco o recomendavam para tão importante missão.

Uni-me a Vasconcelos na luta contra ele. Precisávamos dar um novo rumo aos acontecimentos, utilizando uma política séria, sempre tendo em mente a integridade da Nação. Fui oposição a ele por todos aqueles anos, até a sua renúncia em 1837. Feijó viria a morrer em 1843; dizem alguns, apregoando o meu nome. Ative-me à legalidade. Ele contra ela atentou. Cumpri com o meu dever cívico.

Gostaria de frisar que sempre representei o grupo constitucionalista moderado, que via na Câmara o instrumento de salvação nacional. Até hoje, mantenho tal postura.

Não apoiei integralmente o Ato Adicional de 1834. Reconheço que tive uma pequena participação parlamentar nas discussões dessa reforma constitucional. Discordei de uma série de inovações que,

a meu juízo, não trariam a tranquilidade necessária à Nação. Temia que suas tendências descentralizantes pudessem se refletir na unidade do País. Bati-me contra a Regência Una, pois promover uma eleição para a Regência, na crise pela qual se passava, era colocar o Império em combustão.

O Ato Adicional foi o grande responsável pela continuação e pelo aguçar da ameaça de esfacelamento que pairava sobre o País.

Em 1836 apoiei Rodrigues Torres, que propôs a redação de um projeto interpretativo de artigos duvidosos deste Ato. No ano seguinte, junto com Calmon e Soares de Souza, na

Comissão das Assembleias Legislativas, apresentamos à Câmara projeto interpretando vários artigos do Ato. O principal deles foi a concentração nas mãos do poder central de todo o sistema judicial e policial do Estado, complementando a reforma do Código de Processo que viria em 1841, iniciando, assim, uma reação àquele estado de coisas. Finalmente, em 1840, foi sancionada a Lei Interpretativa do Ato, suprimindo a autonomia das províncias e centralizando o poder no Executivo.

As minhas grandes preocupações, naquele período, eram a governabilidade e as insurreições que se espalhavam como fogo por todo o País.

Fui ministro da Justiça entre setembro de 1832 e maio de 1833 e, naquela oportunidade, apresentei as minhas preocupações à Câmara com o espírito sedicioso, as discórdias e

perturbações que dilaceravam as diferentes províncias do Império. Conflitos existiam no Pará, no Amazonas, no Ceará, em Pernambuco, Alagoas, na Bahia, em Mato Grosso, Rio Grande, Minas Gerais (na minha Ouro Preto) e na Corte. Em breve, veríamos arrefecer os ânimos

no Pará até 1840, no Maranhão até 1838, na Bahia até 1841 e, na pior sedição daquele período, a Revolta Farroupilha, que enlutaria a nossa terra dez anos atrás. O quadro era sombrio e a desagregação batia em nossa porta. A unidade nacional deveria ser preservada a qualquer custo.

A Questão Farrapa

Um ponto devo reconhecer. Entre o Executivo e o Legislativo havia um ponto convergente: a unidade nacional. Os métodos é que eram divergentes.

O quadro era sombrio e a desagregação batia em nossa porta. A unidade nacional deveria ser preservada a qualquer custo

A condução de Feijó perante os farrapos foi lastimável. Anistiou os revoltosos em plena sedição, contando com a possibilidade de que ela cessaria como consequência de generosidade do governo. Ela não cessou. Pelo contrário, arrefeceu mais ainda. Pura imaturidade política! Poderia eu concordar com esse desatino? Os farrapos queriam separar-se do Brasil e tornar-se republicanos. Será que não viam os exemplos ao nosso redor?

Foram dez anos de lutas e tristezas. Quando hoje, mais experiente, analiso os fatos, meu coração enche-se de tristeza, ao pensar nas inúmeras mortes acontecidas naquele período. Quanto desperdício! A Questão Farrapa foi, realmente, a minha grande preocupação naquele período. Tudo devíamos fazer para pacificar aquela província. Fui contra a suspensão das garantias no Sul, conforme queria o governo, além de não permitir que se engajassem tropas estrangeiras na luta. Algumas medidas impopulares, no entanto, eram necessárias, pois seria mais que negligência, seria traição se o Ministério deixasse cair a união do Brasil, por não propor tudo quanto julgasse conveniente. Ataquei o governo e responsabilizei-o por conduzir os negócios daquela província ao precipício.

Antes de discutir a minha participação nos acontecimentos no Prata, gostaria de fazer alguns comentários sobre a antecipação da maioria de D. Pedro.

A maioria de D. Pedro II

Era muito grande o movimento da opinião pública em torno da antecipação da maioria imperial, inclusive com ampla participação da imprensa.

Inicialmente, Martiniano de Alencar, do chamado Clube da Maioridade, apresentou projeto no Senado, declarando Sua Majestade Imperial maior de idade. Foi rejeitado

por pequena margem de votos, 18 contra 16. Tendo isso em mente e procurando dar um rumo legal à questão, propus que, na próxima legislatura, viéssemos autorizados pelos eleitores a reformar o artigo 21 da Carta, quanto à idade mínima em que o Imperador poderia começar a reinar. Muitos colegas me argüiram, alegando a morosidade de tal reforma, pois isso exigiria esperar 1842 e em 1843 viria a maioria plena. Refutei, alegando que poderia ser dissolvida a Câmara, estabelecida uma Assembléia autorizada a proceder à reforma requerida. Essa era a visão legal e condizente com a minha consciência. Não admitiria conchavos e futricas à margem da lei. Durante aquele período, em uma das sessões legislativas, quase entrei em atrito físico com Navarro, que pensei fosse me agredir com uma faca. Ao final, os ânimos foram serenados.

Em julho a tensão dos espíritos chegava ao máximo. Pensei que o meu projeto fosse votado sem delongas. Devido ao peso avassalador da opinião pública a favor da maioria, a análise de meu projeto tornou-se inútil. Na época em que apresentei o projeto, poderíamos fazer uma lei de reforma. Naquele momento, reconheci nos adversários completa razão. Não havia ambiente político para aquela votação. O Senado não o queria. O que podia eu fazer? Retirei o projeto incontinenti.

Depois de avanços e recuos, os deputados maioristas apelaram para o Senado para que este se pronunciasse sobre a maioria. Este grupo, tendo Antônio Carlos à frente, foi recebido por Paranaguá e outros senadores. Foi combinado, então, enviar uma comissão a Sua Majestade a fim de solicitar-lhe que entrasse, desde já, no exercício de suas funções.

Após breve período de tempo, D. Pedro de Alcântara ouviu o conselho de alguns, entre os quais o próprio Araújo Lima, aceitando a antecipação de sua maioria. a

fim de atender às conveniências da ordem pública.

No dia seguinte, Sua Majestade determinou que se convocasse a Assembléia Geral. Perante ela, prestou o compromisso de praxe e iniciou o seu governo. Tinha ele 16 anos de idade.

Sempre fui avesso à quebra do rito constitucional. A alteração da maioria de D. Pedro foi, na minha concepção, um ato que feriu a Carta de 1824. Por este motivo lutei pela obediência ao texto legal. Reconheço que Sua Majestade tem tido a serenidade necessária para conduzir o País no rumo do progresso. No entanto, quando os caminhos constitucionais são desviados, nunca sabemos qual o ponto de chegada. Essa era a minha grande preocupação.

Em 1842 sou escolhido senador por minha província natal e inicio uma nova fase de minha carreira parlamentar.

O SENADO, O GABINETE DE 43 E A QUESTÃO DO PRATA

O ano de 1842 foi, sob muitos aspectos, muito importante para mim. Fui escolhido senador e exerci, por breve período de tempo, a presidência da Província do Rio de Janeiro, sob a atmosfera de revolução. Foram tempos difíceis aqueles!

Fui, também, nomeado por Sua Majestade Imperial conselheiro de Estado, ocupando a Seção de Justiça e Estrangeiros, juntamente com Lopes Gama e o Bispo de Anemúria. Eu e Lopes ordinários e Anemúria extraordinário.

No ano seguinte, fui chamado pelo Imperador a sua residência em São Cristóvão. Embora tendo, naquele momento, pouca intimidade com ele, tive o privilégio de aprofundar minhas relações com aquele menino que já demonstrava sinais de uma maturidade política notável.

Iniciamos nosso colóquio discutindo as graves questões que afetavam a estabili-

dade do Império. Em seguida, passamos a debater o quadro político e a sua repercussão na vida nacional. Surpreendi-me com o seu convite para compor o Ministério. Não esperava tal honra. Agradei, comovido, o convite. Despedi-me, em seguida, já imaginando a composição de meu Ministério. Lembrei-me, imediatamente, de Bernardo de Vasconcelos, Silva Maia e Rodrigues Torres. Assumiria a Justiça e os Estrangeiros.

Trabalhamos muito em prol do País naquele período. Nossa permanência, no entanto, foi interrompida pela recusa imperial em atender o meu pedido de afastamento de Saturnino, inspetor da alfândega e candidato à senatoria pela província do Rio de Janeiro. As razões de meu pedido para o seu afastamento não vêm ao caso neste momento. Entretanto, devo reconhecer que o grupo do Paço, o Clube de Joanna, em que ponteeava Aureliano, irmão de Saturnino, ainda predominava nos assuntos de São Cristóvão. Fiquei assaz aborrecido e, sem ter nenhum caminho a trilhar, a não ser de minha honra, solicitei a minha demissão ao Imperador. O tempo viria demonstrar a Sua Majestade que a proximidade de Aureliano não era o melhor caminho a ser trilhado. Seu prestígio decaiu rapidamente e cinco anos depois já não se faria presente junto a D. Pedro.

O imperador que conheci

Gostaria de aproveitar e comentar o conceito que guardo do Imperador. Nutro por ele profundo respeito e ampla admiração.

No aspecto oficial, público, não admite intimidades. É e será o Imperador e exige que assim o reconheçam. Não aprecia que lhe tomem a primazia, o que o faz ser concordante comigo neste aspecto. Seu patriotismo exaltado revela-se nos menores detalhes, até nas suas preferências comestíveis. Grande fiscalizador de tudo, é um funcionário modelar e disso se envaidece. Caridoso, dis-

creto, sem ostentação, tem ajudado centenas de seus súditos. O interesse geral tem sido a tônica de seu reinado.

No aspecto particular, é, no mínimo, encantador. Gosta de longas prosas, debatendo assuntos mundanos quase como um igual. Mantém-se a par da vida intelectual, literária e científica, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Homem culto e sábio, generoso e avesso a vaidades frívolas. Tenho por ele grande admiração pessoal. Para comigo tem sido extremamente cordial, demonstrando, inúmeras vezes, a confiança e a amizade que certamente me orgulho de possuir.

Que Deus continue a iluminá-lo e protegê-lo em seu reinado.



Continuei na oposição até 1848. Fortes divergências no seio dos dito liberais, além de fraca ação política, inclusive com atritos com a Câmara, marcaram as atitudes deste grupo naquele período.

Agindo com serenidade, Sua Majestade chamou Araújo Lima para a presidência do Conselho de Ministros, criado no ano anterior, congregando, na mão de um, a chefia do Gabinete e a escolha dos demais ministros.

Fui nomeado presidente da Província de Pernambuco em 1849, nos extertores da revolta do Partido da Praia. Já estavam os praieiros totalmente desnorteados. Borges da Fonseca entregou-se em março daquele ano e Pedro Ivo viria a largar a luta em dezembro de 1850.

Consegui, com muito esforço, apaziguar os ânimos e pacificar a província. Foram tempos duros, em que houve radicalizações de ambos os lados.

Fiquei, particularmente, agastado com Torres Homem, que fez acusações infundadas no pasquim *O Libelo do Povo*, utilizando o pseudônimo Timandro. Fazia ele

críticas contra o Imperador, contra os partidos, os gabinetes e contra a Constituição. Dizia ele que a Monarquia brasileira era uma "comédia de mau gosto, quando não era um drama sanguinolento". Quanta ingratidão de Torres Homem! O tempo viria demonstrar o erro de suas afirmações. Em breve, estaria ele alinhado com o Império.

A Questão Platina e Rosas

Gostaria de me deter agora na Questão Platina com Rosas, na qual tive ativa participação. Missão difícil e extenuante. Devo reconhecer que, até hoje, a Questão Platina ainda suscita grande preocupação ao Império.

Fui convidado por Paulino, em outubro de 1851, para representar o Brasil no Prata, como ministro plenipotenciário. Declarei-me pronto e pedi como meu secretário o Paranhos, ao que aquiesceu Sua Majestade.

Minhas instruções eram claras: resolver junto com Urquiza, o mais rápido possível, o imbróglio com Rosas e reafirmar a política do Império para a região.

Embarquei dois dias depois no paquete *Imperador*. Foram a minha despedida Paulino e Monte Alegre, que me desejaram sorte na árdua missão que teria à frente.

Sai do Rio de Janeiro sob forte boataria da possível dissolução do Ministério. O que me vinha à cabeça, naquele momento, era quem poderia substituir Paulino com eficiência.

Por que fui escolhido para aquela missão? Difícil dizer. Talvez a minha posição de senador e conselheiro. Talvez a minha experiência de deputado e presidente de província. Talvez as minhas qualificações de legalista. Não sei, não sei. Muitos creditam a Caxias a minha nomeação. Eu duvido. Por mais que sejamos amigos, ele não interferiria, com o seu prestígio, para me favorecer. Fui o escolhido e cumpri com o meu dever cívico. Isso é o que importa.

Ao chegar a Montevideu, fui conferenciar com Urquiza e Herrera Y Obes, que estavam a bordo do *Afonso*. Ambos mareadíssimos. Dessa reunião, pouco se frutificou, em virtude do estado em que se encontrava Urquiza. No dia seguinte encontrei Paranhos, que com ele conferenciou. Daí surgiram melhores entabulações.

Em seguida, fui me encontrar com Silva Pontes. Existia entre nós uma mútua aversão. Tivéramos entreveros antes. O encontro não foi dos mais alegres; no entanto, expliquei-lhe minha missão. Prontificou-se a ajudar-me.

No início de novembro, apresentei minhas credenciais ao presidente Dom Joaquim Soares, homem probo e honesto.

No dia 8 de novembro, estive com Caxias em Santa Luzia. Fui recebido com honras, o que me agradou deveras e me encantou. Isso me fez lembrar o meu tempo de alferes em Ouro Preto. Quanta saudade!

Logo que cheguei no Prata, procurei comprometer Urquiza e o governo uruguaio com a luta contra Rosas. Sentia eu grande morosidade nas ações, o que me aborrecia. No dia 21 de novembro, assinei convênio com Dom Herrera Y Obes e com o doutor Diógenes Urquiza, para acelerar a derrota de Rosas, que, a propósito, haveria de nos declarar guerra logo depois.

Minha missão incluía firmar os meios de levar a guerra ao ditador Rosas, ajustar a cooperação de cada um dos aliados e o que caberia a cada um. Deveria ser evitada a interferência anglo-francesa a todo custo; contudo, o Império não podia apresentar-se com receio dessas duas nações que têm querido interferir, diretamente, nas questões platinas. O convênio firmado veio estreitar os laços com nossos aliados. Ajudaríamos Urquiza com tropas e pecúnia.

Desde os primeiros dias, tratei de me enfrontar na política uruguaia. Contei com o auxílio de Dom Herrera, com o qual man-

tive estreita amizade. Concordei, inicialmente, com a paridade entre Blancos, mais disciplinados, e Colorados na arena política. Para a presidência do Senado e vice-presidência da República, dois candidatos disputavam esta cadeira. Giró, de um lado, e Castellanos, de outro, apoiado por Herrera. Embora o Império tivesse apoiado os Colorados na derrubada de Oribe, no momento da constitucionalização, inclinei-me pelos Blancos. Apoio pecuniário, inclusive, para as despesas eleitorais.

Outra instrução que recebi de Paulino foi conhecer Urquiza mais amiúde. Segui célere a bordo do *Imperador* para Entre-Rios, junto com Grenfell, Paranhos e dr. Diógenes Urquiza. Tivemos muitas confabulações, acertando os detalhes de nossa aliança. Tive, a princípio, muito boa impressão de Urquiza, embora algumas vezes ele me parecesse um pouco afastado da realidade.

Estava eu decidido, também, a ir a Assunção para conferenciar com López. Devido à rapidez dos acontecimentos, não pude para lá seguir. López, acreditando ser pouco caso de minha parte, me amaldiçoou. Até hoje, guarda uma mágoa incontida contra a minha pessoa. O que fazer? Posso afirmar, inclusive, que o seu papel na luta contra Rosas foi dúbio, fingindo-se amado não só com o Império, como com Urquiza. Preservaremos, sempre, a independência do Paraguai. Isso é um compromisso do Império. Por que se amuar?

Naquele período perdi um filho. Foram momentos de desespero e incertezas. Sofri demasiado. Até hoje, quando penso naquelas passagens, fico aturdido. São sensações que me machucaram.

Em dezembro Garzón morreu. Perda irreparável. Com todo o meu apoio e o de Urquiza, não teve Herrera habilidade para se eleger. Não me dei bem com os Colorados. A meu ver, o Brasil não tinha

necessidade de apoiar Blancos ou Colorados. Temia eu uma luta aberta entre os dois partidos naquela ocasião. Tive que me intrometer na crise interna uruguaia. Herrera perdia, dia a dia, o seu prestígio. Não me iludia mais.

Em seqüência, recebi correspondência de Grenfell participando-me a **Passagem de Tonelero**. A Esquadra tinha sofrido poucas mortes. Fiquei alegre com o desfecho. Quase ao mesmo tempo, Paulino me escrevia, dizendo da expectativa de intervenção inglesa a favor de Rosas. É o que devíamos evitar a todo custo. Lord Palmerston resolveu indicar Southern, amigo íntimo de Rosas,

para atuar como ministro plenipotenciário na Corte. Infeliz decisão. Desde a sua chegada, Southern tentou de tudo para evitar a queda do amigo. Homem sem caráter e pretensioso, tudo fez para provocar a intervenção inglesa no Prata, em apoio a Rosas. Chegou a participar de futricas para a queda de Ministério,

substituindo Paulino por Montezuma. Sempre Montezuma. Fracassou por completo a trama. Paulino mantinha-me informado das tramas de Southern na Corte. Escreveu-me ele que a Inglaterra se oferecia como mediadora, mas não demonstrava sinais de intervir na questão. Mandou-me, também, um ofício traduzido das confabulações entre Southern e Rosas, em que este último se colocava debaixo da proteção inglesa, com a aquiescência do primeiro. Rosas queria ganhar tempo, tempo de que o Império não dispunha para resolver a questão.

Em 3 de fevereiro de 1852, o Exército Aliado derrotou Rosas em **Monte Caseros**. Ro-

sas quase não lutou. Vitória esmagadora. Nada se sabe do paradeiro do ditador. Logo após, soubemos que fugira com sua filha Manuelita para o vapor inglês *Centaur*. Fugira vestido de marinheiro e ela vestida de homem. Buenos Aires estava em paz.

Em 5 de fevereiro, segui com meu filho Honório, que veio me visitar, Paranhos, Costa, Marmol e outros argentinos para Buenos Aires. Berges comunicara-me que seu país não iria aderir ao convênio. Fiquei muito aborrecido com isso. Como fato desagradável cito o encalhe no Rio da Prata de meu navio. Erro crasso do piloto! Perdi muito tempo! Perdi a paciência! Passei, então, para

o vapor *Uruguai* e segui para Buenos Aires. Estava furioso, devo reconhecer.

Encontrei-me com Urquiza e felicitei-lhe pela vitória. No caminho, cruzei com diversos cadáveres dependurados em árvores, mandados fuzilar por Urquiza. Cena trágica e inconcebível. Não cheguei a tempo para evitar esses fatos.

Urquiza tratou, a partir daquele instante, de desmerecer os brasileiros que tanto o ajudaram. A população portenha, por outro lado, recebeu-nos muito bem. O Governo Provisório mandou preparar uma casa para mim e para a minha comitiva, o que me encantou deveras.

Desde cedo, percebi a rixa entre unitários e Urquiza. Muitos deles ilustres como Mitre, Hornos e La Madrid. O entrerriano a todos diminuía. Sarmiento, por exemplo, solicitou-me refúgio em navio da Esquadra Imperial. Atendi-o imediatamente. Partiu a bordo do *Recife* para Montevidéu e, em seguida, para o Rio de Janeiro.

No caminho, cruzei com diversos cadáveres dependurados em árvores, mandados fuzilar por Urquiza. Cena trágica e inconcebível. Não cheguei a tempo para evitar esses fatos

Urquiza queria que todos usassem o cintilho encarnado como sinal de vitória. Houve muitas reações contrárias. Cheguei a entabular conversações com ele sobre isso, dizendo que as cores nacionais, o azul e o branco, eram mais significativas. Não se conformou. Parecia menosprezar o povo portenho, que o proclamara herói. Inesperadamente, passou a nos fazer elogios graciosos. No fundo, temia a anarquia e a desordem em que se poderia transformar a Confederação.

Desse ponto em diante, comecei a receber visitas de portenhos que vinham reclamar das perseguições efetuadas por ele. Procurei ajudar a todos. Disso ele não gostou.

Ao me despedir dele, no dia 23 de fevereiro de 1852, começou a ofender a posição do Império. Retruquei-o com energia. Fi-lo com dignidade e independência. Muitos tentaram abafar minha voz. Não conseguiram. Falei alto com Urquiza. Esse ato mereceu enorme repercussão, tendo a crise sido debelada por Paulino, *a posteriori*. Não admiti e não admito insultos ao Imperador. Foi o que fez o argentino. Escutou o que tinha de escutar.

No dia de minha partida de Buenos Aires em direção a Montevidéu, fui procurado por parentes de certo oficial chamado Galvan, perseguido e condenado por Urquiza. Apesar da desavença, escrevi carta pessoal ao ditador, pedindo clemência por ele. Tive que fazê-lo, pois era um ato de humanidade em prol de preservação de uma vida. Aproveitei e pedi, também, pelo Coronel Garcia.

Não tenho certeza se esta carta ajudou; porém, no dia 25 de fevereiro todos foram anistiados. Como não poderia deixar de ser, respondi a ele agradecido.

Ao chegar ao Uruguai, encontrei Giró como presidente. No dia 3 de março, presenciei-lhe uma visita e discutimos sobre os tratados de fronteira. Indicou-me Castellanos,

o ministro das Relações Exteriores, para a entabulação de conversações.

Sentia saudades do Recife, correspondendo-me sempre com minha esposa. Ela mantinha-me a par de nossos pássaros, jardins, flores e pomares. Tinha saudades do Recife.

No dia 14 de março, aniversário de D. Tereza Cristina, ofereci um baile em Montevidéu. Sempre apreciei bailes. Encarreguei D. Gregório de Ayello das decorações. Tudo saiu às mil maravilhas, tendo comparecido mais de mil pessoas. Esse evento fez-me esquecer um pouco a morte de meu filho.

Fui surpreendido com a rejeição dos tratados por parte de Castellanos. Queria eu a navegação livre da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, além das duas léguas e meia do Cebolati e Taquari. Os orientais queriam rever os tratados. Estávamos perto do rompimento.

A partir desse momento, um grupelho de incomodados, onde se incluíam Silva Pontes e De La Penã, queria o meu afastamento das negociações. Estaria eu sendo intransigente? Claro que não. Eu só desejava o bem do Império. Essas preocupações faziam aumentar os meus fios de cabelo prateados que o espelho insistia em realçar. Pensavam muitos que eu seguia uma política vinda de minha cabeça, o que não era verdade. Segui, firmemente, as instruções de Paulino. Não houve sacrifício que eu não tenha feito.

D. Tomas Guido, ferrenho defensor de Rosas, indicado representante da Confederação Argentina na Corte, já não podia ser considerado *persona grata* para o governo imperial. Depois do atrito em Palermo, não poderia me dirigir a Urquiza para impugnar tal indicação. Uma coisa é pedir pela vida de alguém, outra é interferir em assuntos internos de outro país. Utilizei, então, os préstimos de Dona Mandeville, que conheci em Montevidéu, e de Caxias. O estra-

tagema parece ter funcionado, pois Guido acabou permanecendo na Confederação.

Começaram, então, as entabulações dos Colorados com o governo imperial. Recebi, em audiência, Dom Pancho e Cezar Diaz, que me afirmaram ser do interesse colorado um acordo amigável com o Brasil, ao contrário do grupo blanco, que não negociava a ratificação do tratado de limites com o Brasil.

Southern, em visita a Paulino no Rio de Janeiro, solicitou o meu afastamento do caso, ao mesmo tempo em que, pela segunda vez, ameaçava a intervenção de França e Inglaterra. Nada conseguiu com suas futricas. Que Deus o tenha em bom lugar. Acabou falecendo em solo nacional, atacado por febre dois anos atrás.

Recebi missiva de Paulino em abril, que muito me desagradou, pois alterava, substancialmente, a nossa política em relação à questão uruguaia. Dizia ele que a política até então por mim defendida era de minha própria concepção e não do Império.

Tomei-me de um acesso de cólera. Respondi com firmeza a minha contrariedade com aquela carta. Parecia que Paulino dava razão a Urquiza em sua rusga comigo. Não podíamos desistir dos tratados e desculpar os empréstimos efetuados. Meu temor, também, era que essa mudança de rumos se espalhasse pelo Prata, afetando tanto a credibilidade do Império quanto a minha.

Enfim, voltamos, finalmente, ao trilho normal de nossa política. Tenho profunda convicção que aquela minha missiva enviada muito ajudou Paulino a refletir melhor.

Posteriormente, voltei a me entender, amigavelmente, com Urquiza sobre a questão uruguaia. Fui a Buenos Aires e confabulei com ele, não sem antes apostar em um cavalo de sua propriedade em Palermo. Competiu contra um outro portenho. Perdi dinheiro, já que o portenho ganhou. Apesar da derrota, voltávamos a ter boas relações.

Deixei Paranhos no Uruguai, a negociar com Castellanos.

Cumprir mencionar que, no dia 15 de novembro de 1851, o Ministério havia solicitado a sua demissão. O cansaço e o desgaste atingiram todos. Paulino, por exemplo, estava extenuado. Foram três anos de labuta incessante em prol do Império. No dia 10 de maio, Dom Pedro aceitou a demissão do Ministério e chamou, primeiramente, Pimenta Bueno e, depois, o Visconde de Itaboraá para organizar o novo gabinete.

Em continuação, escrevi a Castellanos, informando-o que não esperaria indefinidamente, lembrando as ordens que recebi do governo imperial. Esclareci que espantara o cumprimento de tais ordens na esperança de ver aplainadas as dificuldades pelo Ministro De La Peña.

Fui com Castellanos conferenciar e, depois de idas e vindas, finalmente chegamos a um acordo. Na maior parte das vezes, o uso da persuasão, aliada à intimidação, funcionou.

Ao mesmo tempo, via com preocupação a luta aberta na Assembléia entre Blancos e Colorados pela primazia na condução dos negócios uruguaio. Sempre fui avesso a caudilhos, revoluções e desordens. Vivia angustiado aqueles dias. Os Colorados preparavam, abertamente, um movimento contra os Blancos. Urquiza, não querendo ser alcançado pelos acontecimentos, se alinhou com o Império, pelo menos assim me disse De La Peña.

Em seguida, confabulamos, eu, Castellanos e De La Peña, os termos a serem apostos na ratificação dos tratados e suas modificações. Senti um alívio ao perceber que a menção da ratificação dos tratados fez arrefecer os ânimos, afastando aos poucos o perigo da revolução. A pressão sobre os Blancos, afinal, teve as suas compensações.

Via, como vejo até hoje, com olhos muito benevolentes os Blancos orientais. Ao con-

trário de Paulino e Paranhos, ambos propensos a se alinharem com os Colorados, simpatizo assaz com os primeiros.

Fui, após completada a minha missão, despedir-me do Presidente Giró. Devo reconhecer que estava cansado com o clima e com o ambiente político do Uruguai. Efetivamente, essa missão recebida foi a mais difícil de minha carreira política. Relacionei-me com pessoas de reconhecida intransigência. Urquiza, Giró, Herrera Y Obes, dentre muitos, levaram-me a um estado tal de fadiga que, após três meses de labuta, sentia-me como um orador após horas de discurso na tribuna, totalmente exausto.

A morte de meu filho, que tanto me fez sofrer, aliou-se a esta tarefa, como um fardo a mais a ser carregado. Queria voltar para casa. Sentia saudades de tudo e de todos.

Apesar das adversidades, voltei para casa como vencedor. Cumpri o meu dever. Defendi o Império e seus interesses.

À tarde do dia 27 de maio de 1852, embarquei no *Paraense* de regresso ao meu saudoso Rio de Janeiro. No dia 18 de julho de 1852, fui feito visconde.

Estava novamente na Corte.

O PRESENTE

A presidência do Conselho

Assumi a presidência do Conselho no dia 6 de setembro de 1853, com o firme propósito de pacificar os corações e conciliar todas as facções políticas do Império. A idéia de um governo de conciliação não era nova. A Coroa desejava esta mudança fazia algum tempo. A trégua era necessária. Uma composição de conservadores e liberais à frente do Governo era de fundamental importância. Sabia eu da grande dificuldade que enfrentaria e dos embaraços que apareceriam. O certo é que nunca me faltou coragem e energia para lutar. Estou, porém, mais

cauteloso e menos briguento. Pelo menos assim me vejo. Tenho que conciliar nomes e apaziguar tanto os conservadores e os liberais, como os saquaremas mais ortodoxos.

Escolhi nomes novos. Pedreira no Império e Nabuco na Justiça. No Estrangeiros, inicialmente Limpo de Abreu e, recentemente, Paranhos. Na Fazenda, assumi, pessoalmente, o encargo. Na Guerra, Bellegarde e, a partir do último 14 de junho, o meu amigo Caxias. Na Marinha, primeiramente Bellegarde, depois Paranhos e, ultimamente, João Maurício.

Tenho recebido, destarte, apoio irrestrito de Sua Majestade, que comigo tem mantido ampla correspondência, inclusive valorizando muito o Conselho de Estado. Elevou-me em 1854 a marquês. Quanta honra e distinção! Fiquei envaidecido com tão nobre deferência.

Desde o meu primeiro discurso, no dia 9 de setembro de 1853, na reunião conjunta das duas casas, procurei despertar em meus colegas a necessidade de progresso, da busca incessante de melhoramentos, não só materiais, como também intelectuais e morais. Queria e quero conciliar. Não desejo o embate político puro e simples. Temos realizado muito.

A criação do Banco do Brasil

Fiz surgir, no campo financeiro, o Banco do Brasil, fusão dos Bancos Mauá e Comercial do Rio de Janeiro. O novo órgão contou com 150 mil ações de 200\$000 (duzentos mil réis), tendo êxito o lançamento, logo coberto pela procura de ações. A emissão de notas passou a ser monopólio do Banco, sendo permitida a emissão de notas no dobro de seu capital, que era de 30 mil contos, fato que alterei, este ano, para a emissão do triplo. Com essas atitudes, procurei organizar o sistema financeiro nacional, desorganizado que se encontrava. Continuo acreditando na unidade de emissão, com a rígida

regulação do capital circulante. Nada, até agora, me fez mudar de opinião.

A reforma da Lei Judiciária

Uma das matérias que mais me preocupam é a reforma da Lei Judiciária de 1841, proposta por Nabuco em 1854. Certo estou que a organização judiciária é vista sob muitos aspectos. Ela abarca as garantias individuais, o combate aos crimes, a segurança pública e as incompatibilidades dos magistrados. Tenho debatido muito esta reforma com Nabuco, já que temos a reação do Parlamento e os interesses que podem vir a ser contrariados. Muitos, inclusive, a consideram quase que blasfema e revolucionária. Muitos a acusam ora de reacionária, ora de liberal. Tenho consciência de que estamos lidando com a organização da Justiça, os julgamentos e a repressão, assuntos por demais delicados.

O "movimento de Vassouras", representado por um grupo influente de fazendeiros fluminenses, tudo tem feito contra o projeto. Não aceitam a retirada de poder dos pequenos núcleos, restringindo o júri aos maiores centros urbanos. A grande propriedade continua temendo a perda de prestígio. O projeto passou na Câmara; contudo, tenho plena convicção de que será detido no Senado. Continuo aguardando o desenrolar dos fatos.

Os aborrecimentos com Ferraz

Tenho tido muitos aborrecimentos com o Ferraz. Mudou de postura inesperadamente. Se no início me apoiou, agora ataca-me.

Ele tem afirmado que minha política conciliatória tem sido infantil e sem princípios definidos. Muito malicioso tem sido Ferraz, chegando a afirmar que os ministros têm sido "meros cargueiros de pastas", anulados por mim. Quanta maldade! Ferraz chegou a afirmar que minha participação nos recentes episódios no Prata foi pífia. Ata-

ca-me, também, quanto às nomeações de empregos públicos. Tenho me defendido, afirmando que não nomeio para os cargos de confiança senão aqueles que adotam os princípios de governo, procurando o mérito onde quer que ele exista. Por se fazer essa nomeação, pode-se inferir que houve transação política ou corrupção?

Ferraz chama-me de rei, de homem mais poderoso do País, de czar. Tenho, muitas vezes, vontade de esmurrá-lo, contudo, bem sei o quanto tal atitude afetará os rumos do governo. Contenho-me.

A decepção com Justiniano

A maior das minhas decepções, no entanto, foi com Justiniano. A ele guardo desprezo. Atacou-me da tribuna, chamando-me de absolutista, despótico e inconseqüente. Rebatí, dias depois, dizendo que não se deve levar em conta o que diz, pois não é séria a oposição que ele exprime. Sua resposta ao meu discurso foi patética. Discursou, descrevendo a história de sua carreira de jornalista e político, revelando fatos do comportamento de então, entre queixas e lágrimas, para provar que não é e nunca foi corrupto. Patético e triste. Guardo dele apenas desprezo.

★

As modificações ministeriais, recentemente efetuadas, não foram motivadas por inabilidade política ou timidez de alguns, como alguns insinuam. As mudanças aconteceram por insistentes solicitações dos titulares, que se afastaram, principalmente Limpo de Abreu, por enfermidade. Nada irá mudar na política até aqui adotada.

A Lei dos Círculos Eleitorais

Acabamos de ver aprovada, em 19 de setembro, a chamada Lei dos Círculos Eleitorais, que consiste na introdução de dois

pontos centrais: o voto distrital único e as incompatibilidades eleitorais. Imaginamos que o primeiro ponto terá o propósito de fortalecer os potentados locais, favorecendo a ascensão de deputados locais, em detrimento de líderes partidários nacionais, rompendo o monolitismo das grandes bancadas provinciais e permitindo maior diversidade e autenticidade da representação.

O segundo ponto visa a reduzir a influência do Governo sobre o resultado das eleições e restringir o domínio exercido pelos funcionários públicos, especialmente os juizes, ao tornar inelegíveis, nos distritos em que exercessem suas funções, os funcionários públicos, dentre os quais os presidentes de província, secretários, inspetores de fazenda, comandante das armas, juizes de paz, de direito e outras autoridades. Introduzi a novidade de se eleger um suplente para cada deputado. Devo reconhecer que fiz deste projeto uma "questão ministerial". Impus minha opinião, que era a mais correta. A vitória na Câmara foi um pouco apertada, e no Senado, vencemos por apenas dois votos.

Meu propósito é o aperfeiçoamento da vida política, com uma representação política autêntica. Nas próximas eleições, já veremos os efeitos desta lei. Meu filho disputará uma cadeira por Minas Gerais. Tenho certeza que se elegerá.

★

Tenho tido informações de uma epidemia vinda do Pará. Seria cólera *morbus*? Estou preocupado.

★

Estou conseguindo uma trégua nos sentimentos rancorosos. Não tenho a unanimi-

dade e dela quero me afastar. Não tenho palavras candentes para cativar simpatias, pois não renego os meus princípios. Cerquei-me de pessoas de minha confiança que partilhassem do pensamento do Governo. A conciliação tem sido mais de homens do que princípios. Temos governado em trégua em prol do benefício da Nação. Temos melhorado no campo material, sem dúvida. Em 1854 foi inaugurada a primeira estrada de ferro brasileira, a de Mauá a Raiz da Serra. A iluminação a gás no Rio de Janeiro e o primeiro trecho do Canal do Mangue são estabelecidos. Surgem as primeiras linhas telegráficas e as primeiras linhas de navegação fluvial regulares. Por detrás desses empreendimentos, Irineu Evangelista, sempre empreendedor.

No campo externo preocupa-me, deveras, a **questão platina**, ainda não totalmente resolvida.

Continuamos combatendo o **tráfico de escravos**, coibindo entradas e processando os agentes desse comércio.

Não temos nos descuidado dos **assuntos educacionais**, fundando o Instituto de Cegos e a Faculdade de Teologia, reformando o ensino primário e secundário da Corte, dando novos estatutos aos cursos jurídicos e médicos, além de outras medidas. Enfim, estamos progredindo com paz social e desenvolvimento.

Aguardo ansioso, também, a Fala do Trono de 56. Sua Majestade Imperial está satisfeito. O ano que se inicia se descortina promissor. Tenho, ainda, muitos planos em minha mente.

Corte, final do ano de 1855.

No dia 6 de setembro de 1856, Honório Hermeto Carneiro Leão, Conselheiro e Senador do Império, Marquês de Paraná, faleceu.

☐ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<NOMES> / Marquês de Paraná /; Carneiro Leão, Honório Hermeto; História do Brasil; Guerra dos Farrapos; Dom Pedro II; Questão Rosas;

BIBLIOGRAFIA

1. Janoti, Aldo. *O Marquês de Paraná. Inícios de uma carreira política num momento crítico da história da nacionalidade*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.
2. Soares de Souza, José Antônio. *Honório Hermeto no Rio da Prata, missão especial de 1815/52*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
3. Glénisson, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil SA, 1991.
4. Linhares, Maria Yedda Linhares e outros. *História Geral do Brasil*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
5. Vianna, Hélio. *História do Brasil*. 12. ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
6. Koshiba, Luiz e Frayze Pereira, Denize Manzi. *História do Brasil*. 5ª ed., São Paulo: Atual Editora, 1987.
7. Lyra, Tavares. *Instituições Políticas do Império* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979.
8. Buarque de Hollanda, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. t 2, v 1. São Paulo: Editora Difel, 1972.
9. Câmara dos Deputados. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Anos de 1830 a 1837, Rio de Janeiro.
10. Pombo, Rocha. *História do Brasil*. 14ª ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

**Saia do campo das impressões.
Tenha mais certeza dos fatos.
Observe muito!**